

Seis pontos cardeais

AVC

pa 2

ALÉRCIO DIAS *

Nesta fase inicial da elaboração da nova Carta Magna, entendendo que devem participar também, de modo ativo, todos os segmentos da nossa sociedade para que a nova Constituição represente os verdadeiros sentimentos nacionais, tentaremos abordar alguns temas que gostaríamos de ver perpetuados no Diploma-Mor, como segue:



NO ORÇAMENTO

De início, ensejamos assegurar no Orçamento da União, como matéria constitucional, além de se compreender a fixação anual da despesa e previsão da receita, alguns percentuais categoricamente expressos, a serem aplicados nos seguintes setores:

1.1. Um percentual orçamentário que possa permitir pleno e real desenvolvimento das regiões menos favorecidas: Norte e Nordeste. Como exemplo, cito o meu Estado do Acre, cujas reais dificuldades, como acesso e situação geográfica atuais, compelem-no a ensejar solução mais prática e natural. Com dotação orçamentária suficiente, poder-se-ia estabelecer programas de governo, visando a criação de pólos de desenvolvimento e o início da atividade privada (no Acre, a dependência do Estado é total, sendo este praticamente o único e mal-empregador).

1.2. Estaremos lutando pela dinamização de reais programas de assistência social, plena e concreta, ao menor carente e em particular aos órfãos e aos abandonados.

1.3. Ainda na área orçamental, fixar um percentual para aplicação em investimentos no setor elétrico brasileiro, o coração de toda a economia nacional, para que não continue a depender da obtenção de empréstimos externos ou da boa vontade de ministros da área econômica.

1.4. Salvo engano, a agricultura nunca teve um capítulo especial nas sete Constituições promulgadas desde o Primeiro Reinado em 1824. E tempo de preencher esta lacuna.

2. Batalharemos pela concretização de certos dispositivos que visem à proteção da maternidade, da infância, da adolescência, bem como dos idosos e deficientes. Como tema que entendemos prioritário, haveremos de não transigir no capítulo especialmente reservado à melhoria de condições para o nosso professorado, assegurando-lhes critérios adequados de seleção e preparo, bem como remuneração justa e condigna.

3. Em todas as constituições do mundo, e nas sete que já tivemos, a preocupação com a educação, com a cultura, com a saúde, com a família, com os direitos e garantias individuais é uma constante; porém, é necessário um dispositivo constitucional, de coesão disciplinar e/ou preceitos de obediência, para que a Carta Magna seja lecionada, aprendida e executada em todo o território nacional, principalmente nas escolas, durante a formação da mentalidade dos jovens.

4. Quanto à fiscalização financeira e orçamentária, sugerimos, para a composição dos Tribunais de Contas da União, dos estados e dos municípios, bem como outros órgãos equivalentes, que sejam indicados para o colegiado de conselheiros, representantes das classes mais pertinentes, tais como da Ordem dos Advogados do Brasil e dos conselhos dos economistas, dos contadores e dos engenheiros, como forma de buscar a sua total independência e isenção, que hoje lamentavelmente sofre as ingerências diretas do Poder Executivo.

5. Além da segurança nacional, interna e externa, papel edificante e bem desempenhado pelo soldado brasileiro, poder-se-á, sem melindres e sem ônus, reformular os conceitos e atribuições desta instituição tão importante aos interesses nacionais, tanto em tempo de guerra como em tempo de paz. Se é verdadeira a premissa de que todo soldado é também civil, o manancial de trabalho do nosso soldado (militar e paramilitar) poderá ser melhor aproveitado em tempos de paz, coadjuvando nas áreas de assistência médico-hospitalar e social, saneamento rural e urbano, erradicação de epidemias e doenças regionais, construção de sistemas viários, real vigilância das fronteiras.

6. Somos de opinião que a Mesa da Constituinte deva criar comissões por região, para, nos finais de semana, visitar as capitais e principais cidades brasileiras para auscultar o povo. As proposições recebidas deverão ser acuradamente estudadas e compiladas, sob pena de sermos, no amanhã, responsabilizados por um trabalho vicioso, omissivo e o que é pior, efêmero por não ter atendido aos reclamos da nossa realidade social.

* Alécio Dias é deputado pelo PFL do Acre